

As disputas político-partidárias no extremo noroeste do Paraná entre 1955-1989

CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME*

Resumo

O presente artigo faz uma análise das disputas político-partidárias na região do extremo noroeste do Paraná, mais precisamente as cidades de Nova Londrina, Itaúna do Sul, Diamante do Norte e Marilena e as comparar com as disputas a nível nacional. Nosso objetivo é buscar onde as preferências partidárias se parecem e onde elas destoam do cenário macro, quais partidos foram hegemônicos regionalmente no período analisado e como os políticos e eleitores locais se moviam partidariamente.

Palavras-chave: Eleições; partidos políticos; noroeste paranaense.

Disputes political party in the noroeste do Paraná, 1955 to 1989.

This paper analyzes the partisan political disputes in the extreme noroeste do Paraná, specifically in the cities from Nova Londrina, Itaúna do Sul, Diamante do Norte and Marilena and comparing with disputes at the national level. Our goal is to find where the party preferences are similar and where they clash with the macro scenery, which political parties were analyzed regionally hegemonic in this period and how local politicians and voters moved partisan.

Key words: Elections; political parties; Noroeste do Parana.



* **CÁSSIO AUGUSTO SAMOGIN ALMEIDA GUILHERME** é Mestre em História pela UEM-Maringá; Professor da Faculdade Ingá-Uningá.

Introdução

Quando se pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira, a maioria dos trabalhos se limitam a analisar a conjuntura dos grandes centros urbanos e dos estados mais importantes economicamente. No entanto, recentemente a academia tem voltado sua atenção para os acontecimentos ocorridos nos mais extremos rincões da nação. No caso do Norte/Noroeste do Paraná, há importantes e recentes livros, artigos e dissertações de mestrado, em especial aquelas feitas a partir da Universidade Estadual de Maringá – UEM e da Universidade Estadual do Paraná, campus FAFIPA/Paranavaí.

No presente artigo, analisamos os resultados eleitorais dos municípios do extremo noroeste do estado do Paraná, região de fronteira com os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. São os municípios de Nova Londrina, Marilena, Itaúna do Sul e Diamante do Norte que hoje compõem a Comarca de Nova Londrina. Nosso enfoque é na questão partidária local, ou seja, quais os partidos políticos que atuavam na região, que mais continham quadros e que ganharam os pleitos e assim fazemos a devida comparação com a conjuntura nacional da época. Sobre o estudo de dinâmicas eleitorais, argumenta René Rémond que “o ato eleitoral ganha uma significação que faz dele o mais sincero e significativo de todos os comportamentos coletivos. Não há história mais total que a da participação na vida política” (2003:33-34).

Em livro cuja temática se assemelha a deste artigo, assim se manifesta o professor Reginaldo Benedito Dias, sobre o tema:

O universo das eleições municipais é particularmente complexo e interessante, na medida em que enseja a interpretação de identidades coletivas e tradições locais e sua relação com as questões políticas nacionais. Costuma-se dizer, no jargão político, que as pessoas moram mesmo é em sua cidade. (DIAS, 2008: 22)

A fonte para tal análise, isto é, os documentos que utilizamos em nosso estudo são as atas oficiais dos resultados os pleitos municipais das cidades em questão. Tais documentos estão disponíveis no site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná¹.

Procuramos denominar parte do período em questão de “Civil-Militar”, uma vez que, no nosso entendimento, tanto o golpe quanto o governo não foram apenas “militares”, muito embora sua participação tenha sido de maior vulto. O Exército contou com forte apoio e sustentação de setores da sociedade civil, como empresários, políticos, Igreja Católica e meios de comunicação (DREIFUS, 1981). Argumenta o Professor Carlos Fico que havia:

Tanto o apoio inicial de expressivos setores da classe média urbana quanto a participação efetiva de lideranças políticas civis que

¹ Disponíveis no site: <https://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/estatico/eleicoes/anteriores/index.jsp>

ajudaram na eclosão do movimento. É correta a lembrança. Quando mais não fossem até mesmo para sempre recordarmos certo ranço autoritário que impregna nossa sociedade e, diga-se também, para não deixar apenas aos militares a “conta a ser paga”, já que muitas daquelas lideranças civis assumem, hoje, modos de democratas. Porém, desde as primeiras horas, o movimento foi indubitavelmente militar (2001: 20).

Assim, ao analisarmos os resultados eleitorais da política no extremo noroeste paranaense, procuramos justamente esse elemento civil que legitimou a Ditadura brasileira. Manter a existência de partidos políticos, ainda que com atuação limitada e as disputas locais dava à Ditadura um ar de aparente democracia. “Os políticos da Arena, assim como os do MDB, fizeram com que as eleições, uma das mais importantes bases de legitimação do regime, fossem realizadas ininterruptamente” (GRINBERG, 2009:86). Some-se a isso, o fato de que os protestos, prisões, cassações e torturas, raramente ocorriam no interior do país, como é o caso das cidades analisadas.

Para uma explicação mais didática, dividimos o período analisado em quatro fases distintas, por apresentarem características próprias. Primeiro o pré-bipartidarismos, que vai até o ano de 1966, onde havia pluralidade de partidos políticos; segundo de implantação do bipartidarismo,

filiações partidárias e hegemonia da Arena que vai de 1966 a 1974; terceiro o processo de abertura, onde o MDB conquista grande espaço eleitoral que é entre 1974 e 1979; e o quarto que compreende a época de retorno do pluripartidarismo a partir de 1980.

Breve histórico das cidades analisadas

As cidades que hoje compõem o extremo noroeste do Paraná tem seu processo de (re)ocupação moderna a partir da chamada Colônia Paranavaí, onde o Estado repassou à iniciativa privada a incumbência da colonização da região. No caso, foram as Companhias Imobiliárias, com objetivos nitidamente capitalistas, que derrubaram a mata, planejaram as cidades e dividiram os lotes agrícolas para posterior venda aos migrantes (ROMPATTO, 2012).

Para a região migraram pessoas de todos os cantos do Brasil, mas podemos dividi-los em dois grandes grupos, apesar das exceções: de um lado o grupo de pessoas essencialmente da região do sul do Brasil e do interior do estado de São Paulo que vieram expandir as fronteiras agrícolas e assim se tornaram proprietários rurais; de outro, pessoas do nordeste brasileiro e outras regiões que vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida, se tornaram os trabalhadores braçais (GUILHERME, 2012).

Politicamente, as quatro cidades analisadas foram distrito de Paranavaí e depois de Nova Londrina, quando esta se emancipou (1955). No entanto, é

importante salientarmos que, durante muito tempo, foram as Companhias Imobiliárias que faziam as vezes de Estado nas nascentes localidades, com obras que dotassem seus negócios de maior infra-estrutura. Até mesmo com as emancipações políticas, tais Imobiliárias ainda detinham negócios, lotes urbanos e rurais e portanto, muito interesse na condução da política local. Assim, quando tais emancipações começaram a ocorrer:

Os primeiros prefeitos, se não eram justamente os empresários do ramo imobiliário, eram pessoas próximas. A idéia patrimonialista dos novos municípios confunde-se com as suas constituições. Por estas terras, o público e o privado se confundem desde o princípio e a política municipal é a principal expressão deste sentimento. (GUILHERME, 2012: 48)

O pré-bipartidarismo e a pluralidade partidária

A nível nacional, no pré-bipartidarismo implantando pelo Regime Ditatorial em 1966, eram três os principais partidos políticos em atuação no país. O Partido Social Democrático (PSD) inicialmente integrado pela máquina burocrática do governo Getúlio Vargas, oligarcas interioranos e grandes proprietários; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que contava com os sindicalistas apoiadores do governo varguista. A aliança entre ambos governou o Brasil entre 1945-1960. Outro forte partido político era a União Democrática

Nacional (UDN) que reunia o anti-getulismo, a elite econômica, muitos profissionais liberais, militares e direitistas (BARROS, 1992: 19-20).

Além desses três grandes partidos, na região que analisamos ainda atuavam outros três partidos políticos. O Partido Democrata Cristão (PDC) que como o próprio nome sugere tinha forte influência do catolicismo; O Partido Republicano (PR) que tinha como líder nacional a figura do político Arthur Bernardes e o Partido Trabalhista Nacional (PTN) que ganhou projeção no país por ser o partido pelo qual Jânio Quadros foi eleito presidente da república em 1960.

No Brasil, via de regra a origem dos partidos políticos é elitista. Nas palavras de Serge Bernstein:

O partido assim criado conserva estreitas relações com o grupo parlamentar, sua imagem na opinião pública é acima de tudo dos eleitos que o invocam (...). É tipicamente o 'partido de quadros', mais forte por suas personalidades representativas que pela massa de seus filiados. (2003: 65)

A nível local, a filiação política costuma refletir a atuação parlamentar de nível estadual e nacional. Veremos que os partidos atuantes no extremo noroeste do Paraná tinham também esta característica.

A cidade de Nova Londrina viu três eleições neste modelo. Em 1955 concorreram apenas o PR e o PSD que saiu vitorioso na eleição do executivo, porém elegeu um

vereador a menos. O prefeito eleito, após alguns tumultos por conta de nomes na lista de votantes, foi Avelino Colla, amigo dos donos da Imobiliária local (GUILHERME, 2012). Já a eleição seguinte em 1959 contou com mais dois partidos: PTB e UDN, que a nível nacional rivalizavam no campo do debate ideológico. Na cidade, porém, houve candidatura única de João Fragoso, pelo PSD que ainda elegeu cinco vereadores, enquanto o PTB fez uma cadeira e os demais partidos elegeram um representante cada.

A eleição de 1963 é importante na história da cidade. A vida política girava em torno do médico gaúcho Olivier Grendene que havia sido eleito vereador pelo PSD na eleição anterior e nesta venceu a disputa pelo executivo concorrendo pelo PDC, contra o imigrante libanês Halim Maaraoui que concorreu pelo PTN. Importante notar que são dois novos partidos políticos na cena local. Esta mesma eleição pulverizou as vagas para a Câmara de Vereadores, onde PR, PSD e PDC elegeram dois cada e PTB, UDN e PTN apenas um. Por fim, os vereadores escolheram entre seus pares alguém para assumir o recém criado cargo de vice-prefeito. Foi escolhido o vereador pelo PTB, Darcy Molin, dono de serrarias na localidade (GUILHERME, 2012).

Na vizinha cidade de Itaúna do Sul, a primeira eleição municipal ocorreu em 1961. Concorreram PSD, PTB, UDN e PDC, cujo equilíbrio foi a marca principal. O prefeito vitorioso foi Raymundo Bianchini que concorreu por uma

“Aliança da Vitória PSD – PDC” contra Julio Ramos e Silva do PTB. Infelizmente, pela ata da Justiça Eleitoral, não podemos precisar exatamente a qual dos partidos da aliança pertencia o prefeito, bem como os dois vereadores eleitos pela mesma. Para o legislativo, a UDN elegeu quatro vereadores e o PTB mais três.

A eleição seguinte, em 1965 foi disputadíssima. A oposição venceu o pleito por apenas oito votos de diferença, sendo eleito Romão Martinez, pelo PTN, tendo como vice o candidato derrotado na eleição anterior Julio Ramos e Silva pelo PTB e contaram ainda com o apoio da UDN local. O segundo colocado foi João Furtado Barbosa, do PR e que contava com apoio do PSD e do PDC. Para o legislativo o PTB fez três vereadores, PSD e UDN dois cada e PR e PDC mais um. O partido do prefeito eleito, não teve candidatos a vereador.

Ao leitor não acostumado com a vivência em eleições municipais, principalmente em pequenas cidades, salta aos olhos a aparente incoerência na união entre PTN (partido do ex-presidente Jânio Quadros), PTB (partido do ex-presidente cassado João Goulart) e a UDN (partido conservador que apoiou o Golpe de 1964). Acontece que à nível micro, as alianças político-partidárias costumam ocorrer tendo em vista as rivalidades locais, sem muito se levar em consideração os debates ideológicos mais amplos e de nível nacional.

Em Diamante do Norte, tivemos apenas uma eleição municipal neste período. Em 1964 o prefeito eleito, candidato único, foi João de Souza, pelo PDC. Seu partido elegeu ainda seis vereadores contra três do PTN. A cidade de Marilena não teve eleições neste formato partidário, pois ainda era distrito de Nova Londrina.

Numericamente, somando os três municípios, o PSD elegeu três prefeitos, enquanto o PTN e PDC elegeram um cada. Além disso, o PSD foi ainda o partido que mais elegeu vereadores: doze no total, seguido por PDC com nove, PTB com sete e UDN seis edis. Embora o PR tenha elegido também sete vereadores no período, fazemos a ressalva da eleição de 1965, a primeira em Nova Londrina, onde o partido fez cinco cadeiras e depois só iria eleger mais dois e na mesma cidade. Por fim o PTN ainda elegeu quatro vereadores. Em número total de candidatos, o PSD e PTB foram os que mais apresentaram nomes para as eleições na região com um total de quarenta e cinco pretensos vereadores, enquanto a UDN teve quarenta, o PDC trinta e sete, e os menores PR com vinte e sete e PTN com vinte candidatos ao todo. Assim como ocorreu na próxima cidade de Maringá, já pólo regional, a preferência do eleitorado é claramente para os partidos direitistas e conservadores (DIAS, 2008).

Comparativamente, dos três grandes partidos a nível nacional daquele período, o PSD foi o mais atuante e forte na região, seguido pelo PTB e com menor aparição da UDN. Além disso, a partir das

dinâmicas interioranas, outros partidos sem grande expressão nacional foram fundados para abrigar os líderes locais e os servirem em suas disputas políticas.

Assim, nos surpreende a forte presença do PDC na comarca de Nova Londrina, mas podemos tirar algumas hipóteses acerca do fato. Trata-se de um partido fundado em 1945 no estado de São Paulo, se constituiu em um partido conservador e de oposição ao getulismo, mas que fora do seu estado de origem, não obteve muita expressão. O fator ideológico é inspirado na Democracia Cristã Católica italiana. Dentre seus quadros se destacam as figuras de André Franco Montoro e Jânio Quadros que foi vereador e posteriormente eleito prefeito da capital paulista pelo partido. Portanto, como salientamos acima, a região analisada conta com forte migração de paulistas, que ampliavam a fronteira agrícola do café e que provavelmente trouxeram na bagagem o partido político. Além disso, outra grande leva de migrantes vinha do Sul, cujo catolicismo e influência italiana eram muito marcantes. Também a nível estadual o PDC contava com a liderança do militar e político Ney Braga, que foi eleito deputado federal em 1958 e depois governador do Paraná entre 1961-1965 pelo partido. Deve-se à influência política de Ney Braga a criação de vários diretórios do partido no interior do estado.

O bipartidarismo, Arena x MDB até 1974

A partir de 1965, o Regime Ditatorial, através do Ato Institucional nº2, instituiu o bipartidarismo. Passaram a existir, de um lado, a governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e, de outro, o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Assim, os políticos do país tiveram que escolher entre os dois únicos partidos que estavam autorizados pelo governo federal que “pretendia formar um grande partido, mediante a incorporação da UDN e de grande parte do PSD” nos quadros da Arena (GRINBERG, 2009: 65). No entanto, ao analisar a filiação dos Deputados Federais, a migração não se deu de forma tão simplista: dos 95 deputados da UDN, 86 foram para a Arena; dos 121 deputados do PSD, 78 foram para a Arena; e dos 116 deputados do PTB, 38 foram para a Arena. Quanto aos demais partidos que atuavam nas cidades analisadas, dos 19 parlamentares do PDC, 13 foram para a Arena; dos 12 deputados do PTN, 8 se filiaram à Arena e dos 4 deputados do PR, todos entraram no partido governista (GRINBERG, 2009: 69).

Como se pode perceber nestes números, a ARENA saiu da formação do bipartidarismo como o partido governista, que deveria defender a “Revolução de 1964” e contava com um agrupamento político nada homogêneo. A relação entre a ARENA e o Governo Ditatorial não era tão pacífica assim, segundo estudo de Lúcia Grinberg, havia “uma

relação mais complexa entre o partido e os militares, do que aquela que ficou marcada no imaginário coletivo, como o simples ‘partido do sim, senhor!’” (GUILHERME, 2010: 178). A nível nacional, a ARENA se tornou o maior partido político do Brasil.

Diante da anomalia partidária criada pelo governo, principalmente nos pequenos municípios, surgia um complicador: políticos que antes eram rivais oligárquicos estavam agora reunidos sob a mesma legenda governista. Nas palavras de José Alcântara:

O governo percebeu que seria impossível compatibilizar todos os interesses e divergências dentro de um único partido, ou seja, do seu partido. Então a engenharia política governamental idealizou e criou o estatuto da sublegenda, para conciliar todos os grupos dentro do seu partido. Surgem então ARENA I, II e III, e essas sublegendas reuniram arenistas procedentes dos diversos partidos extintos (2001: 255-256).

Tais sublegendas apenas apareciam em épocas eleitorais, para conciliar o lançamento de diversos candidatos do mesmo partido ao cargo executivo. Venceria o pleito o candidato da sublegenda cujo partido, somadas as sublegendas todas, tivesse mais votos. Esse formato facilitava a atuação da ARENA, afinal, “entrar no partido de oposição, ou ser oposição ao governo militar, naquele momento, requeria uma

boa dose de coragem” (ALCÂNTARA, 2001: 256).

Como não dispomos das listas dos filiados dos partidos à época, podemos traçar algum tipo de comparação apenas observando as atas com os resultados das eleições municipais e dos nomes que disputaram os pleitos antes e durante o bi-partidarismo. Apenas as cidades de Nova Londrina e Itaúna do Sul constituíram o MDB logo de início, sendo que as cidades de Marilena e Diamante do Norte só foram ter MDB a partir do pleito de 1976.

Assim, temos que as filiações não obedeceram a uma ordem ideológica, mas como estamos sustentando desde o início deste texto, tinham as disputas locais como balizadoras das filiações partidárias. Nas palavras de Reginaldo Dias comentando sobre a cidade de Maringá, que serve de parâmetro para o caso que ora analisamos:

Percebe-se como a dinâmica da política local tinha seus próprios alinhamentos e realinhamentos, que nem sempre respeitavam as diretrizes do sistema partidário nacional. Os chefes políticos estabeleciam suas relações de afinidade e procuravam demarcar e preservar seus territórios. (DIAS, 2008: 106)

Por exemplo, em Itaúna do Sul, quatro ex-candidatos pelo PTB se filiaram a ARENA, enquanto três da UDN foram para o MDB. Em Nova Londrina, apenas dois ex-candidatos se filiaram ao MDB, sendo um ex-PSD e outro ex-

UDN, enquanto outros treze ex-candidatos foram para a ARENA, sendo três deles ex-PTB e outros seis ex-PDC, o maior partido da cidade.

É sintomático deste processo aparentemente estranho, mas com lógica nos interesses políticos locais e suas rivalidades, o exemplo da cidade de Nova Londrina. Aliados aparentemente se separaram e adversários passaram a conviver no mesmo partido político. Olivier Grendene e Halim Maaraoui que disputavam a hegemonia política na cidade entraram na ARENA e protagonizaram a disputa eleitoral mais acirrada da história da cidade, que terminou com intervenção do Governo Federal e a cassação do mandato de prefeito de Halim Maaraoui sob acusação de subversão (GUILHERME, 2012). Ao mesmo tempo, Avelino Colla, primeiro prefeito da cidade e aliado político de Olivier Grendene, se filiou ao MDB e foi o único vereador eleito pelo partido em 1968, muito embora, em seus depoimentos perante a Justiça Militar no processo de cassação de Halim, tenha se declarado pró-Governo Federal (GUILHERME, 2012). A cidade de Maringá também apresenta casos análogos (DIAS, 2008).

Vamos aqui expor de forma sucinta as eleições a nível nacional durante a Ditadura por entendermos que as mesmas influenciaram as disputas locais que analisaremos a seguir. Para a eleição parlamentar de 1966, segundo tese de José Carlos Alcântara,

O MDB não teve condições de participar, em todos os lugares, das eleições de 15 de novembro desse ano, e sua campanha foi drasticamente inibida pelos atos de censura prévia. Outra questão grave para o MDB era a falta de credibilidade como partido de oposição. Nesse quadro desfavorável para o MDB, a ARENA saiu vitoriosa (2004: 72).

No mesmo sentido, as eleições de 1970 foram facilmente vencidas pela Arena. Assim, sustentada pelo Ato Institucional nº 5, cassações, prisões, expulsões, mortes de oposicionistas e as limitações eleitorais, a Ditadura se fortalecia, apesar dos protestos pontuais de alguns parlamentares do MDB e tentativas localizadas de guerrilha urbana e rural. O partido governista consolidava ampla maioria de parlamentares e também de prefeitos e vereadores pelo país todo, inclusive na região noroeste do Paraná.

As eleições de 1966 e 1972 na cidade de Marilena contaram apenas com a participação da ARENA e ambas com candidatura única para o cargo de prefeito municipal. Primeiro foi eleito Ernesto Mazzotti e em seguida Manoel Barbosa Vieira. Também a cidade de Diamante do Norte apenas contou com a atuação da ARENA nos pleitos de 1968 e 1972. No entanto, ambas as disputas contaram com sub-legendas, o que mostra que, apesar da unidade partidária, as rivalidades locais permaneciam latentes nas vitórias de Nelson Trizzi e depois de João de Souza.

Como comentamos acima, a eleição de 1968 em Nova Londrina foi a mais disputada e que teve consequências mais sérias. Brigas, ameaças, seqüestros, processos e cassação do prefeito eleito Halim Maaraoui, que representava a oposição aos donos da Imobiliária e grandes proprietários rurais, muito embora ambos os candidatos a prefeito tenham concorrido por sub-legendas da ARENA (GUILHERME, 2012). Nesta mesma eleição, a ARENA elegeu oito vereadores e o MDB apenas o ex-prefeito Avelino Colla.

Atipicamente, a cidade teve uma eleição apenas para prefeito municipal em 1970, com a finalidade de completar o mandato do cassado Halim Maaraoui. Mais uma vez dois candidatos pela ARENA, onde Miguel Oliveira Caires foi eleito. Já a eleição regular de 1972 contou com candidatura única da ARENA com Sady Paviani para prefeito e o partido mais uma vez fazendo oito edis contra apenas um do MDB.

A cidade de Itaúna do Sul é a exceção a esta ampla hegemonia da ARENA na comarca. Tanto nas eleições de 1969 como a de 1972, o partido governista elegeu cinco vereadores contra quatro do MDB. Um equilíbrio destoante das demais cidades. Mais que isso, as eleições para o executivo municipal também era das mais concorridas. Em 1969 foram seis candidatos, três de cada sub-legenda, o que pulverizou os votos dos eleitores. O prefeito eleito José Salustiano de Melo, foi o primeiro pelo MDB na comarca, mas com apenas 26% dos votos válidos. Na

eleição seguinte, a história foi parecida. O MDB lançou dois candidatos a prefeito, enquanto a ARENA colocou três na disputa que teve como vencedor o emedebista Edson Moreira Guimarães com apenas 35% dos votos válidos.

Numericamente, somando os quatro municípios da comarca no período, a ARENA lançou cento e quarenta candidatos a vereador, enquanto o MDB conseguiu articular apenas trinta e três deles. Neste sentido, a ARENA elegeu sessenta e dois edis e o MDB apenas dez. Assim, a região analisada não destoa do que vinha ocorrendo a nível nacional no Brasil. No entanto, ao cerrarem fileiras na ARENA, não podemos argumentar que os políticos locais compartilhassem da mesma visão ditatorial emanada de Brasília, mas nossa hipótese é de que tenham escolhido o partido governista pelo simples fato de que assim poderiam conseguir mais emendas e verbas para suas cidades. O debate ideológico passava longe das discussões interioranas. Nas palavras de Alessandra Carvalho, “a necessidade de estar próximo das benesses do Estado fez com que muitos políticos, cuja base eleitoral se sustentava na distribuição de bens públicos, se ligarem ao partido do governo” (2010: 239).

O avanço do MDB a partir de 1974

A partir do governo de Ernesto Geisel, em 1974 começa o período de abertura “lenta, gradual e segura”, como definiu o próprio presidente. As eleições legislativas

daquele ano aconteceram num clima de relativa liberdade, uma vez que os partidos tiveram acesso facilitado ao rádio e televisão. O governo esperava outra vitória triunfal da ARENA, mas o resultado foi surpreendente (FAUSTO, 2006:490). Na análise de Edgard de Barros, “além de aumentar consideravelmente sua bancada na Câmara, o partido oposicionista ganhou as eleições majoritárias para o Senado em importantes estados” (1994:75).

Dois anos depois, tentando impedir outra derrota da ARENA, agora nas eleições municipais, o governo Ditatorial baixou a chamada Lei Falcão, pela qual os partidos só podiam apresentar no rádio e televisão o nome, foto e currículo dos candidatos, ou seja, dificultou a atuação do discurso oposicionista do MDB. Apesar disso, o MDB saiu vitorioso na maioria das grandes cidades, enquanto no interior a ARENA ainda mantinha forte hegemonia política.

No mesmo sentido foram as eleições legislativas de 1978. Embora a ARENA continuasse a ser maioria no Congresso, o MDB continuava conquistando importantes espaços e segundo Boris Fausto, “se tornara o canal político de expressão de todos os descontentamentos da população” (2006:494).

Neste novo cenário nacional, localmente o MDB foi organizado também nas cidades de Marilena e Diamante do Norte, porém em ambos os casos, elegeu apenas um vereador, ante oito da ARENA nas eleições de 1976. Nas outras

ciudades, Nova Londrina e Itaúna do Sul, onde o MDB já estava organizado desde o início do bipartidarismo, o partido conseguiu eleger dois vereadores, contra sete da ARENA. Numericamente, a ARENA continuava predominante. O partido lançou noventa e um candidatos a vereador, contra cinquenta e um pelo MDB e conseqüentemente, eleger trinta edis contra apenas seis emedebistas.

As disputas para o executivo foram mais acirradas na região. Em todas as cidades ambos os partidos lançaram sub-legendas, porém, a ARENA saiu vitoriosa em todos os casos. Em Nova Londrina venceu João de Alencar Barbosa, Diamante do Norte eleger Pedro Ruiperes Teruel, em Itaúna do Sul venceu Luiz Fernandes Reche e Marilena eleger mais uma vez Ernesto Mazzotti.

Ao leitor ainda não familiarizado com o instituto das sub-legendas para o executivo municipal, pode parecer estranho que um mesmo partido lance vários candidatos a prefeito na mesma eleição. Porém, como já argumentamos acima, venceria a eleição o partido cujas sub-legendas tivessem o maior número de votos. Assim, era interessante aos partidos lançar o máximo de candidatos a prefeito, somar seus votos e conseguir vencer a disputa, mais ou menos como ocorre hoje em dia nas eleições proporcionais para vereadores e deputados. Neste sentido, poderia acontecer do candidato a prefeito que tivesse mais votos nominais, não ser eleito, caso as sub-legendas de seu

partido não somassem mais votos do que as do outro partido.

O retorno do pluripartidarismo nos anos 1980

As crescentes pressões por parte da sociedade civil pela ampliação das liberdades político-democráticas, o entendimento de uma parcela dos militares de que a Ditadura não poderia continuar por muito tempo e a ameaça eleitoral do MDB, foram fundamentais para o fim do bipartidarismo e retorno do pluripartidarismo. Ao final de 1979 a reforma política permitia a criação de novos partidos políticos. Segundo Lúcia Grinberg, “a sigla MDB constituía, então, um patrimônio formado nesses anos, cujos dividendos se afiguravam proveitosos e duradouros. O mesmo, como se viu, não acontecia com a Arena” (2009:223).

Diante do nome impopular que a ARENA carregava nos grandes centros urbanos, seus líderes mudaram apenas a fachada e formaram o Partido Democrático Social (PDS) que de democrático e social tinha apenas o nome. Seus quadros eram formados essencialmente por políticos direitistas e identificados com o golpe e a Ditadura.

Já que a lei eleitoral determinava que nos novos agrupamentos deveriam ter a palavra “partido” à sua frente, e que os partidos existentes no bipartidarismo estavam proibidos, os integrantes do MDB tiveram a habilidade de acrescentá-la ao mesmo. Assim a maior parte dos políticos opositores formaram o Partido

do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Interessante foi a disputa nos bastidores para ver quem conseguiria registrar na justiça eleitoral o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), histórico partido sindicalista e onde se abrigava João Goulart no pré-golpe de 1964. Leonel Brizola se dizia o herdeiro do varguismo, mas por intermédio dos militares, após processo judicial, a sigla ficou com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio. Assim, o partido pouco tinha de trabalhista e chegou a contar em seus quadros com o ex-presidente Jânio Quadros.

O líder trabalhista Leonel Brizola então fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) com perfil de esquerda. Ao mesmo tempo, surgia na região metropolitana da cidade de São Paulo o único partido de bases, sob a liderança de Luis Inácio da Silva, intelectuais e operários, é fundado o Partido dos Trabalhadores (PT). Por fim, líderes conservadores do ex-MDB e outros não menos conservadores vindos da Arena criaram o Partido Popular (PP) que de popular tinha apenas o nome e pouco tempo depois se incorporou ao PMDB.

Formados os novos partidos políticos, mas ainda sob a Ditadura, ocorreram as eleições gerais de 1982 onde os brasileiros votaram de vereador a governador. No pleito, como era de se esperar, o PDS e o PMDB saíram como os dois principais partidos políticos do país. Provavelmente, isso se deve a estrutura partidária herdada

pelos mesmos da época do bipartidarismo e ao “voto vinculado” que “exigia que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido (em 1982: vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador), sob o risco de anular o seu voto” (FLEISCHER, 1994:184)

Esta vinculação partidária favoreceu a nível nacional o PDS e o PMDB, uma vez que no interior do país, como por exemplo no nosso caso de análise, foram os únicos partidos formados na região após o fim do bipartidarismo. Assim, por exemplo, um eleitor da comarca só poderia votar para deputado, senador ou governador em candidatos dos dois partidos que tinham também seus candidatos a prefeito e vereador pois caso escolhesse um prefeito do PDS, teria que votar em outros candidatos do mesmo partido para todos os demais cargos, sob pena de anular seu voto.

Nas eleições municipais de 1982 o PDS elegeu três prefeitos na comarca: Arlindo Troian em Nova Londrina; Manoel Queiroz em Diamante do Norte e Edson Guimarães em Itaúna do Sul. A exceção ficou em Marilena, cujo prefeito eleito Dirceu Mazzotti, era filiado ao PMDB e parente do prefeito anterior. Para o legislativo os resultados foram bem diversos. Enquanto em Marilena o PMDB elegeu cinco vereadores contra quatro do PDS, a cidade de Diamante do Norte escolheu seus legisladores todos deste partido. Em Itaúna do Sul o PDS foi o grande vitorioso com oito cadeiras

contra uma. Nova Londrina também deu preferência aos candidatos do PDS, com seis eleitos contra três do PMDB. Assim, “a implantação do pluripartidarismo no Paraná não ocorreu nas eleições de 1982, já que os únicos partidos que apresentaram reais chances de vitória foram o PMDB e o PDS” (TONELLA, 1999: 279)

Durante as articulações no congresso nacional para a eleição indireta para presidente da república de 1985, o PDS racha e uma parte de seus parlamentares cria o Partido da Frente Liberal (PFL), aproxima-se do PMDB e garante o nome de José Sarney, último presidente do diretório nacional da ARENA, como vice na chapa vitoriosa de Tancredo Neves. Posteriormente, Sarney migra para o PMDB. A nível nacional, a última eleição que analisamos é a para a formação da Assembléia Nacional Constituinte. Nela os principais partidos políticos eram o PMDB e o PFL, alçado a segunda grande força, deixando o PDS como terceiro maior partido e se encaminhava para a fusão que criaria o Partido Progressista Brasileiro (PPB, atual Partido Progressista - PP).

Assim, a última eleição municipal que analisamos é a de 1988. Embora fosse um tempo de forte pluralismo político, apenas três partidos atuavam na comarca. Para o executivo, o PMDB venceu em Nova Londrina com a candidatura única de Idreno Gregório e em Itaúna do Sul, com Francisco Leite Neto, que contou com o apoio do PTB da cidade. Em Marilena o

vitorioso foi Brasília Bóvis, pelo PTB, vencendo a coligação dos demais partidos. Por fim, em Diamante do Norte o eleito foi João de Souza, pelo PFL, também vencendo uma coligação que reunia os demais dois partidos.

Numericamente entre estes três partidos políticos, houve nesta última eleição um forte equilíbrio entre ambos. No entanto, alguns se destacaram nas Câmaras de Vereadores: em Nova Londrina o PFL elegeu cinco edis; em Itaúna do Sul e em Marilena o PTB fez seis cadeiras, enquanto que em Diamante do Norte foi o PMDB quem elegeu o maior número, quatro.

A atuação de apenas estes três partidos políticos pode nos remeter a algumas hipóteses explicativas: Primeiro, que os políticos locais apenas mudaram as fachadas de seus partidos, ou seja, foi mais conveniente fazer a migração ARENA-PDS-PFL ou então a migração MDB-PMDB, uma vez que suas bases e contatos já estavam definidos, do que fazer qualquer tipo de discussão teórica. Tal mudança parecia aos políticos locais como natural; Segundo, evidencia o caráter conservador dos políticos da comarca, uma vez que tanto PTB como PFL possuíam este perfil, e o PMDB que sobreviveu aos anos 1980 era composto muito mais por políticos conservadores ou neo-peemedebistas que tentavam fugir do seu passado arenista, enquanto os políticos mais progressistas fundavam ou se filiavam em outras siglas partidárias; Terceiro, a ausência de partidos com matriz

ideológica à esquerda reforça o caráter conservador da região.

Considerações finais

Como considerações finais, temos que o período analisado e comparado entre a política partidária nacional e a local nas quatro cidades da hoje comarca de Nova Londrina têm movimentos bastante correspondentes. No entanto, os motivos que levaram os políticos nacionais a moverem-se no tabuleiro partidário não são os mesmos motivos que levaram os políticos regionais a fazerem os seus movimentos.

Enquanto em Brasília se pode argumentar que havia um certo debate ideológico, no interior do país e acreditamos que na região analisada, os políticos locais observavam os movimentos da capital federal e estadual e então procuravam preservar seus interesses locais e clientelistas onde tinham sua base. Além disso, ao olharmos para o micro, não estamos lidando com políticos de carreira, mas sim com fazendeiros, madeireiros, profissionais liberais, microempresários e trabalhadores que vêm nas disputas eleitorais de sua cidade muito mais uma possibilidade de manutenção dos seus objetivos pessoais e econômicos, ante seus concorrentes, do que necessariamente fazer uma discussão teórica ou ideológica sobre a administração pública. Nas palavras do experiente pesquisador sobre a política no noroeste paranaense, Reginaldo Dias:

O grau da ideologização é diretamente proporcional à

amplitude das eleições, ou seja, disputas municipais costumam ter menos carga ideológica. Contam muito o prestígio dos candidatos, acordos entre as forças municipais, capacidade de dar resposta aos problemas imediatos da população. (DIAS, 2008: 131)

Neste sentido, a força da ARENA na época do bipartidarismo, bem como a projeção dos partidos que “nasceram da ARENA” pode ser melhor entendida, uma vez que:

os votos dados aos arenistas foram geralmente debitados na conta de práticas clientelistas. Tendo seus redutos eleitorais localizados nos chamados “grotões”, em áreas menos urbanizadas, e, principalmente, nos estados das regiões Norte e Nordeste onde reinariam as oligarquias tradicionais e cenários marcados por altos índices de pobreza e analfabetismo, o suporte à Arena não careceria de maiores investigações, podendo ser compreendido como resultado do uso da máquina estatal para a conquista do voto. (CARVALHO, 2010: 239)

Por mais que nossa região de análise esteja no Sul do Brasil, falamos de uma região de “colonização recente”, onde a maioria da população vivia do trabalho na roça, era analfabeta e a comunicação com outros grandes centros urbanos, pelo menos até a década de 1970 era muito dificultosa. Já argumentamos em outro livro que “o Golpe Civil-Militar de 1964 teve pouca ou nenhuma repercussão. (...) a população estava mesmo

interessada nos rumos do seu trabalho, lavoura e política local” (GUILHERME, 2012: 75-76).

Referências

ALCÂNTARA, José Carlos. O Bipartidarismo (1966-1978) e a volta do Pluripartidarismo em Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

ALCÂNTARA, José Carlos. **O dualismo partidário no período de 1966 – 1982 e sua representação local**. Tese de Doutorado. Assis, 2004.

BARROS, Edgard Luiz de. **O Brasil de 1945 a 1964**. São Paulo: Contexto, 1992.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares**. São Paulo: Contexto, 1994.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DIAS, Reginaldo Benedito. **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Clichetec, 2008.

DREIFUS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FLEISCHER, David. Manipulações Casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se volta contra o feiticeiro. In:

SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **Arena: partido do “sim, senhor”?**. Resenha. Revista Espaço Acadêmico nº 113, out/2010. Disponível no site: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Es-pacoAcademico/article/viewFile/10885/6159>.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **A Ditadura Civil-Militar e a “politicalha interiorana”: o caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-PR (1968)**. Curitiba: Editora CRV, 2012.

RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROMPATTO, Maurílio. O processo de (re)ocupação do noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí, na história e na memória de seus moradores. In: ROMPATTO, Maurílio (org.). **História e Memória da Colonização do Noroeste do Paraná: os casos de Paranavaí, Nova Londrina e Loanda**. Maringá: Massoni, 2012.

TONELLA, Celene. As eleições municipais e a política local na reedição do pluripartidarismo. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). **Maringá e o Norte do Paraná – Estudos de história regional**. Maringá: Eduem, 1999.

*Recebido em 2013-05-15
Publicado em 2013-11-30*